

RADICALIZAR A DEMOCRACIA: O desafio da reinvenção da política em tempos de ajuste

*Alba Maria Pinho de Carvalho*¹

RESUMO

O artigo coloca a Democracia sob o foco da análise, trabalhando-se o tema numa dupla perspectiva: teórico conceitual e histórico. Assim, repensa os cânones democráticos e enfoca as encarnações da Democracia na História. Enfatiza os percursos da democracia no Brasil Contemporâneo, na confluência de dois projetos políticos: a democratização e o ajuste estrutural brasileiro. Nesta direção analítica, resgata a contraditoriedade do tecido sócio-político brasileiro no embate de duas tendências históricas: a domesticação da Democracia nos circuitos da mercantilização da vida social; a afirmação da Democracia Participativa via intervenção política dos movimentos sociais, gestando políticas culturais. Sustenta como tese fundante a exigência histórica de radicalizar a democracia pela (re) criação da política, atualizando o potencial emancipatório da sociabilidade democrática.

Palavras-chave: Democracia, Gramática social e cultural. Radicalização da democracia; Brasil contemporâneo. Ajuste estrutural brasileiro. Política cultural; (re) invenção da política.

1 INTRODUÇÃO: democracia sob o foco da análise

A temática exige partir de uma reflexão sobre a própria Democracia, implicando num duplo “mergulho”: teórico-conceitual nos cânones democráticos; histórico nas encarnações concretas de democracia, enfocando, particularmente o Brasil contemporâneo.

Antes de tudo, a pretensão é demarcar vias de debate, num momento de desgaste e crise da Democracia no cenário mundial, pela sua própria incapacidade de processar conflitos em escala global, com o risco de ser transformada em “simulacro” nos circuitos do capitalismo mundializado (OLIVEIRA, 2003). Tal crise, atingindo desde as democracias mais consolidadas, assume dimensões inusitadas nas nações periféricas da América Latina, com a destituição da política nos processos de ajusta à nova ordem do capital.

Assim, pensar a “radicalização” da Democracia nos processos de recriação da política é um desafio do nosso tempo. Hoje, na América Latina, considerável parte da luta

¹ Doutora em Sociologia, com linhas de pesquisa em “Brasil Contemporâneo”, “Estado e Políticas Sociais”, “América Latina na contemporaneidade”. É professora no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará – UFC.

política se trava sobre os “possíveis projetos alternativos para a democracia”, colocando-se, fundamentalmente, em disputa os próprios parâmetros da Democracia: as suas fronteiras e os seus processos; seus agentes, suas instituições, sua agenda e campo de ação. (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000).

A História contemporânea revela, com crescente nitidez, um fenômeno a exigir estudos e análise: em meio ao desalento com as formas dominantes da democracia representativa, emerge o “novo” encarnado na democracia participativa. De fato, é um enlace da política e da cultura, tecido por uma pluralidade de movimentos sociais, (re) afirmando, na cena pública, o potencial emancipatório da Democracia, inegável, pois, que, em tempos recentes, a democracia participativa tem assumido uma nova dinâmica, protagonizada por comunidades e grupos sociais subalternos em luta contra a exclusão social e a trivialização da cidadania, mobilizados pela aspiração de contratos sociais mais inclusivos. (SANTOS, 2003)

Esta efervescência democrática, construída na base da sociedade, a partir da participação de “sujeitos ativos” indica o que Boaventura de Sousa Santos (2003) proclama como “(re)invenção da democracia”, impondo uma agenda de debates eminentemente contemporânea. Em verdade, neste limiar do século XXI, estamos a viver uma verdadeira “reviravolta teórico-conceitual”, nos caminhos da “democratização da democracia”.²

2 UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE A DEMOCRACIA: (re)pensando os cânones democráticos

Democracia vem do grego: “demo? = povo e “kratos” = poder. Assim, a etimologia já aponta a essência do conceito: “poder do povo” ou “poder que emana do povo”. Logo, Democracia pressupõe participação igualitária do povo nas decisões quanto à sua vida. Em sua radicalidade, Democracia constitui um modo de organização da vida social, uma forma de sociabilidade. Assim sendo, ela encarna uma gramática social e cultural³; princípios, padrões,

² Boaventura de Sousa Santos vem trazendo a público um empreendimento editorial de grande monta, centrado no fenômeno que denomina de “globalização alternativa”. São sete livros apresentando os resultados principais de um projeto de pesquisa intitulado “Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos”, realizado em seis países: África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Moçambique e Portugal. O primeiro volume desta coleção é denominado “Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa” publicado no Brasil, em 2002, com uma 2ª edição em 2003.

³ Essa configuração conceitual da Democracia como “modo de organização da vida”, “forma de sociabilidade”, “encarnação de gramática social e cultural” compartilha do esforço contemporâneo de ampliar os cânones democráticos, na perspectiva de uma “democracia radical”. Para tanto, inspiro-me em produções de Boaventura de Sousa SANTOS, Evelina DAGNINO, Vera TELLES, indicadas na bibliografia. Tomando, especificamente, a ideia da “gramática social e cultural” — se por “gramática entendemos o modo no qual se estrutura uma língua”— referimo-nos às formas de pensar, falar e interferir na vida pública, peculiares a uma organização social democrática, com formas compartilhadas de viver. No cenário contemporâneo, particularmente nas nações periféricas - com especial destaque para América Latina/Brasil - radicalizar a Democracia face às complexidades das diferentes realidades socioculturais, exige trabalhar na ruptura da gramática sociocultural estabelecida que relega os cidadãos a meros observadores e consumidores. Sobre esta discussão, confira-se o site do coletivo de “Demopunk Net”, especificamente o documento “El Reparto... de qué? — Democracia Participativa em Lãs Cabezas de San Juan”: http://www.demopunk.net/sp/social/index_sp.html

regras, valores que regulam a vida social, na perspectiva da liberdade e da igualdade, garantindo possibilidades efetivas de participação no respeito à pluralidade de expressões culturais

A rigor, a Democracia é uma forma sócio-histórica que pressupõe ruptura e construção. Logo, não pode ser reduzida a uma simples obra de engenharia institucional ou a um mero arranjo formal de legitimação de governos. Na verdade, a Democracia encarna uma “nova gramática histórica”, implicando ruptura com tradições estabelecidas, com valores e cânones instituídos. E, assim, configura a tentativa de instituição de novas determinações, novas normas e novas leis. Neste sentido, ela constitui a busca de uma “nova institucionalidade” que articula “inovação social” e “inovação institucional”. (SANTOS, AVRITZER, 2003). E, nesta possibilidade de invenção do “novo”, encarnando uma nova “gramática social e cultural”, a Democracia implica “indeterminação”: a “indeterminação democrática”⁴.

A Democracia como forma sócio-histórica, capaz de gerar uma nova «gramática societária», fundada na liberdade e na igualdade, nesta dialética de ruptura e criação na busca indeterminada do «novo», é uma experiência humana inconclusa. Pierre Rosanvillon (2002) sustenta que “a democracia formula uma pergunta que permanece continuamente aberta”, apresentando-se como “um regime sempre marcado por formas de não acabamento e não cumprimento”

De fato, a Democracia uma “construção em aberto”. R. Dahl (1999), voltando o “olhar para a História” afirma que a construção da Democracia não segue um caminho ascendente, verificando-se subidas e descidas, movimentos de resistência, rebeliões, guerras civil, revoluções. E, assim, afirma ele:

(...) a democracia, tal parece, é um tanto incerta. Porém, suas possibilidades dependem também do que nós fazemos... com uma adequada compreensão do que exige a democracia e com vontade de satisfazer seus requerimentos, podemos atuar para satisfazer as ideias e práticas democráticas e, ainda mais, avançar nelas (DAHL, 1999, p. 32-33)

Nessa busca permanente, via caminhos incertos e, sempre, “em aberto”, a democracia é objeto de reflexões e debate em diferentes tempos históricos. No âmbito da ciência e da política, muito se tem discutido sobre as exigências, as possibilidades e a viabilidade da democracia em formações sociais distintas. Já Rousseau adentra nas polêmicas deste debate, ao colocar em destaque a relação fundante democracia/igualdade. No “Contrato Social”, sustenta a tese de que “só poderia ser democrática a sociedade onde não houvesse ninguém tão pobre que tivesse necessidade de se vender e ninguém tão rico que pudesse comprar alguém”.

⁴ Esta tese da “indeterminação democrática” precisa ser devidamente circunscrita para não dar margem a entendimentos reducionistas e/ou enviesados. Aqui, resgato-a na perspectiva trabalhada por Boaventura de Sousa SANTOS e Leonardo AVRITZER, ao introduzirem o volume 1 da coleção anteriormente citada, no texto intitulado “Introdução. para ampliar o cânone democrático’. Os autores esclarecem que o seu entendimento de indeterminado democrática” difere do enfoque de Adam Przeworski, autor que, no âmbito da teoria política contemporânea, mais enfatizou esta questão da indeterminação dos resultados da democracia. Segundo SANTOS e AVRITZER, Przeworski, ao defender a incerteza institucionalizada da democracia, refere-se à incerteza de quem ocupará posições de poder em uma situação de democratização e se esse resultado poderá ser revertido ou não. E, já para SANTOS e AVRITZER essa “indeterminação democrática” vincula-se à sua dimensão de ruptura e inovação na medida em que implica na possibilidade de invenção de uma nova gramática social e cultural.

Durante o século XX, a Democracia assumiu lugar central no campo político, constituindo-se uma intensa disputa em torno da questão democrática. Dois eixos mobilizaram esse debate: desejabilidade da Democracia; condições estruturais de sua efetivação. Especificamente, no pós-guerra, a discussão centrou-se numa polêmica: a compatibilidade/incompatibilidade da Democracia no Capitalismo. De fato, considerando a ética da Democracia e a própria encarnação da sua gramática, há uma inegável tensão entre democracia e capitalismo. À época, os marxistas argumentavam que, na sociedade capitalista, não era possível democratizar a relação fundante entre o capital e trabalho. Assim, no interior desse debate, discutiam-se modelos alternativos de democracia em relação ao modelo liberal: democracia participativa/ democracia popular⁵.

Nos tempos contemporâneos, a partir da última década do século XX — década de 90 — mudou a agenda do debate democrático: o eixo central de discussão é a forma da democracia e a sua variação. E assume centralidade no debate a questão da qualidade da democracia, colocando em xeque a forma clássica de “democracia liberal representativa”. Em verdade, o problema da qualidade da democracia voltou à tona com a assim chamada “terceira onda de democratização⁶. Avaliam Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer:

A variação na prática democrática é vista com maior interesse no debate democrático atual rompendo com as adjetivações próprias do debate político do período da guerra fria - democracias populares versus democracias liberais. Ao mesmo tempo e paradoxalmente, o processo de globalização suscita uma nova ênfase na democracia local e nas variações da forma democrática no interior do Estado Nacional” (2003, p. 42).

O adentrar neste debate (hoje, em pauta) da qualidade da Democracia pressupõe uma avaliação de sua amplitude e intensidade. Nesta perspectiva avaliativa, Boaventura de Sousa SANTOS sistematiza uma categorização em termos de “democracia de baixa intensidade” e “democracia de alta intensidade”⁷.

⁵ Um resgate histórico do debate sobre a democracia no século XX é desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer, na introdução do volume 1, referida na nota anterior. Neste resgate - que considero uma fecunda reflexão epistemológica sobre a teoria democrática contemporânea - os autores configuram temáticas, polemicas, nomeando estudiosos que as desenvolveram em suas produções acadêmicas.

⁶ No jargão da teoria política contemporânea, chama-se de “terceira onda de democratização”, os recentes processos de democratização pelos quais passaram os países do Sul que, dentro da lógica hegemônica do pós segunda guerra mundial, não estavam no assim chamado “campo democrática”. A rigor, esses países passaram por processos de transição ou de ampliação democrática a partir dos anos 70. Para uma análise dessa denominada terceira onda de democratização, ver SANTOS e AVRITZER, na introdução do volume 1, já aqui citada, especificamente no item 3. “A Democracia Participativa no Sul no século XXI”.

⁷ É esta uma categorização trabalhada por Boaventura de Sousa SANTOS para demarcar diferenças qualitativas de amplitude entre as encarnações históricas de democracia. No prefácio do volume 1 (2003) da coleção de sete livros que está a trazer a público, SANTOS trabalha com estas duas categorias, caracterizando como uma ‘democracia de baixa intensidade’ o modelo hegemônico de democracia liberal representativa e como uma “democracia de mais alta intensidade” o modelo da democracia participativa que, nos termos recentes, tem assumido uma nova dinâmica. No Fórum Social Mundial de 2005, em Porto Alegre, Boaventura de Sousa Santos, em conferência sobre “Democracia Participativa” voltou a abordar esta questão da das democracias, sustentando a tese de que há balsas e altas densidades democráticas as primeiras possuem pouca participação popular, enquanto as segundas são aquelas onde a população participa ativamente do Governo e procura se ampliar sempre, além de lutar contra as discriminações. Sobre esta conferência de Santos, consultar o site <http://www.antroposmoderno.com/textos/otima,shtinl>.

Inspirada nesta categorização de Santos é possível “voltar o olhar para a História” e refletir sobre as encarnações da democracia. Em verdade, a pretensão é abrir vias de discussão sobre as democracias no capitalismo, especificamente no século XX.

A rigor, no âmbito do Capitalismo afirma-se a dominância da “democracia liberal representativa” como forma de organização política do Estado, restringindo-a, em muitas de suas versões, a práticas restritas de legitimação de governos. De fato, é a viabilização da Democracia na ordem do capital, com diferentes expressões, em momentos específicos do Capitalismo, com níveis distintos de intensidade, preservando, sempre a lógica de acumulação do capital. Em verdade, o Estado Moderno é marcado pela tensão entre capitalismo e democracia. E, neste contexto, a maior ou menor intensidade da Democracia esteve sempre vinculada ao modo mais ou menos equilibrado em que esta tensão foi enfrentada. Assim, no Estado-Providência ou Estado do Bem-Estar, no centro do sistema mundial e Estado Desenvolvimentista, na periferia e semiperiferia desse sistema mundial, tem-se uma versão de alta intensidade da Democracia liberal representativa, em consonância com a socialização da Economia, a politização do Estado e a nacionalização da identidade cultural. Neste contexto peculiar do Capitalismo, na Europa do Norte e no Canadá, o Estado Nacional conseguiu chegar ao grau máximo de equilíbrio entre Capitalismo e Democracia, num “círculo virtuoso” em que cada um deles aparentemente prosperou, na medida em que os dois prosperaram conjuntamente⁸.

Na última década do século XX, vivencia-se um fenômeno histórico: a expansão global do modelo hegemônico da democracia liberal representativa. De fato, este modelo se expande para o Sul da Europa ainda nos anos 1970 e, posteriormente, para a América Latina e a Europa do Leste. E configura-se um paradoxo: a expansão global da democracia traz consigo uma enorme degradação das práticas democráticas. (SANTOS; AVRITZER, 2003).

Boaventura de Sousa Santos sustenta uma tese:

(...) o modelo hegemônico de democracia (democracia liberal, representativa), apesar de globalmente triunfante, não garante mais que uma democracia de baixa intensidade baseada na privatização do bem público por elites mais ou menos restritas, na distância crescente entre representantes e representados e em uma inclusão política abstrata feita de exclusão social (200, p. 32).

Em verdade, a expansão global da Democracia liberal coincidiu com uma grave crise. E tal crise atinge os chamados “países centrais” onde mais se tinha consolidado essa “democracia liberal representativa, ficando, então, conhecida como a “dupla patologia?": a «patologia da participação», expressa no aumento dramático do abstencionismo; a «patologia da participação”, revelada no fato dos cidadãos se considerarem, cada vez menos, representados

⁸ Uma análise deste contexto do Capitalismo é desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos, em seu artigo “Reinventara democracia Entre o Pré-contratualismo e o pós-contratualismo”, publicado em 2000, no livro organizado por Francisco de Oliveira e Maria Célia Paoli “Os sentidos da democracia: políticas de dissenso e hegemonia global”. Especificamente no item “o contrato social da modernidade”, Santos avalia a tensão constitutiva do Estado Moderno entre capitalismo e Democracia, discutindo como o Estado Moderno atingiu o grau máximo de legitimidade em meio à sua politização, à socialização da economia e à nacionalização da identidade cultural, configurando o Estado Providência e o Estado Desenvolvimentista. E enfatiza que este “grau máximo de legitimidade do Estado moderno” reside, na conversão, sempre problemática, da tensão entre Democracia e Socialismo num “círculo virtuoso...” (SANTOS, 2000:89).

por aqueles que elegeram. A rigor, a esta dupla manifestação de crise, agregam-se outros fenômenos históricos, impondo um repensar das formas dominantes de democracia instituída: o fim da guerra fria e a intensificação dos processos de globalização. (SANTOS; AVRITZER, 2003).

O Relatório “La Democracia en América Latina”, publicado pelo PNUD, em abril de 2004, analisa as fortes tensões entre a expansão da Democracia na América Latina e a busca da equidade e a superação da pobreza. E, nesta perspectiva, configura o que denominou de “triângulo latinoamericano” que se desenha no cenário da América Latina na contemporaneidade:

En estos últimos veinte años se ha producido un conjunto de grandes transformaciones. Por primera vez en la historia, una región en desarrollo y con sociedades profundamente desiguales está, en su totalidad, organizada políticamente bajo regímenes democráticos. Así se define, en América Latina, una nueva realidad sin antecedentes: el triángulo de la democracia, la pobreza y la desigualdad. (PNUD, 2004, p. 36).

Nesta mesma direção analítica, Atilio Boron, em seu livro “A Coruja de Minerva”, assim denomina um de seus capítulos: “Quinze anos depois: democracia e injustiça na história recente da América Latina”. E, neste capítulo, sustenta a tese de que, nos países da América Latina, a democracia não cumpriu suas promessas, não sendo capaz de produzir os bens públicos que a sociedade esperava. Destaca, então, a existência, em vários países latino-americanos, de uma geração que, tendo nascido na Democracia ou quando o regime autoritário predecessor já agonizava, revela despolitização, apatia e desencanto (BORON, 2001).

Francisco de Oliveira (2004), ao analisar as especificidades da democracia nos diferentes países da América Latina⁹, enfatiza a fortíssima erosão das instituições democráticas e republicanas pelo Neoliberalismo, considerando este fenômeno uma declaração de guerra aberta do capital contra a possibilidade da ação política. E conclui: “o capitalismo na periferia está revelando-se como totalmente incompatível com a democracia “ (2004, p. 113).

Esta crise global do modelo hegemônico de democracia coloca um desafio de análise que assume a premência de uma exigência histórica: desvendar as encarnações contemporâneas da democracia neste limiar do século XXI, tentando compreender os dilemas e a emergência do “novo” em meio às tensões do nosso tempo. Em termos mais específicos: esse desafio pode ser assim traduzido: em tempos de mundialização do capital e ajustes à nova ordem do mercado global, como vem se configurando a democracia?

Hoje, em tempos de mundialização do capital e distintos ciclos de experiências de ajuste à nova ordem do capital, afirma-se o que pode ser denominado de consenso democrático liberal, consistindo na promoção internacional de concepções minimalistas de democracia, como condição de acesso dos Estados nacionais aos recursos financeiros internacionais. Em verdade, enquanto a teoria democrática do século XIX estava deveras preocupada em justificar a

⁹ “Francisco de Oliveira, no artigo “Hay vías abiertas para América Latina?”, publicado em 2004, em uma obra da CLACSO, sustenta a tese de que sob o diagnóstico geral em torno da América Latina, escondem-se especificidades. E dá concretude a sua tese, referindo-se à situação específica do México, da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Paraguai, da Colômbia, do Equador, do Peru, da Bolívia, da Venezuela e, particularmente, do Brasil.

soberania e os limites do poder estatal, o consenso democrático liberal não está minimamente preocupado com a soberania do poder estatal, sobretudo na periferia e semiperiferia do sistema mundial e as funções reguladoras do Estado são vistas mais como incapacidades do que como capacidades do Estado. (SANTOS, 1999).

De fato, esse consenso democrático liberal implica na redução da economia à instrumentalidade do mercado e das transações, vulnerabilizando, violentamente, o trabalho. É a via contemporânea de viabilizar a acumulação do capital, numa submissão à lógica mercantil. Em contrapartida, gera uma precariedade de vida para um crescente contingente da população, com o aumento do desemprego estrutural e a erosão dos direitos civis, políticos, sociais, reduzindo os trabalhadores a um “estatuto de lupencidadania”¹⁰. É a democracia neoliberal, de baixa intensidade, “domesticada” pela lógica do mercado. É uma encarnação democrática que compromete a própria Democracia, na medida em que a minimaliza, esvaziando — a de sua ética fundante e transformando-a, em mero mecanismo formal de eleições. É a conversão da “democracia de cidadãos” em uma “democracia de eleitores”.¹¹

Na análise de Boaventura de Sousa Santos (1999), esse consenso democrático liberal gera riscos que podem se resumir na emergência do fascismo societal, em suas diferentes formas: fascismo do apartheid social, fascismo financeiro, fascismo da insegurança, fascismo populista, fascismo do Estado paralelo, fascismo paraestatal.

Em meio ao reducionismo e às restrições do consenso Democrático liberal — que leva à conjugação perversa da democracia, da desigualdade e das exclusões — vem se firmando, como fenômeno do nosso tempo, a Democracia Participativa. Em verdade, é uma alternativa contra-hegemônica que encarna uma dimensão emancipatória, protagonizada por movimentos sociais, de múltiplos formatos, a colocar, na cena pública, lutas pelo direito à igualdade e pelo direito à diferença.

As experiências de Democracia Participativa difundem-se, ampliam-se em diferentes partes do mundo, encarnando-se em iniciativas locais, em contextos urbanos ou rurais. E, crescentemente, vão se desenvolvendo vínculos de interconhecimento e de interação entre iniciativas paralelas, ensejando, assim, a formação — por enquanto embrionária — de “redes transnacionais de democracia participativa”¹².

¹⁰ É esta uma expressão utilizada por Boaventura de Sousa Santos, no seu artigo “Reinventar a democracia” (1999), ao analisar os desdobramentos do “consenso democrático liberal”. Esta expressão é empregada na análise, justamente, para denunciar esta passagem dos trabalhadores do “estatuto de cidadania” pela via do trabalho, com a conquista e a garantia de direitos — com todos os possíveis limites e constrangimentos — para uma condição de exclusão do mundo do trabalho e destituição de direitos conquistados.

¹¹ Esta ideia de conversão da “democracia de cidadão” em “democracia de eleitores” é trabalhada, com destaque, no Relatório do PNUD de 2004, já aqui referido. Considero esta elaboração uma via fecunda para delimitar a distinção entre duas encarnações contemporâneas de democracia de densidade qualitativamente diferentes: a encarnação minimalista neoliberal de democracia, de baixa intensidade, restrita a procedimentos político-eleitorais; a encarnação radical de democracia, de alta intensidade, fundada na participação da população na vida social, através de múltiplos formatos organizativos, na perspectiva da cidadania plena e da igualdade.

¹² Sobre essa difusão das experiências de democracia participativa em diferentes contextos, viabilizando a formação de redes transnacionais, confira-se o “Prefácio” de Boaventura de Sousa SANTOS ao volume 1, da coleção que está em publicação e já aqui referido em outros enfoques.

3 PERCURSOS DA DEMOCRACIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: tessitura contraditória na confluência de projetos políticos

No cenário da América Latina, na periferia do capitalismo, como o Brasil vem encarnando a democracia em nosso tempo? – Eis uma questão-chave que abre uma fecunda via de análise para pensar o tecido sócio-político contraditório do Brasil Contemporâneo: o Brasil gestado nos últimos 20/25 anos= década de 1980, especificamente a segunda metade / década de 1990 / anos 2000.

Considero como chave analítica para decifrar esse Brasil Contemporâneo, em suas contradições e ambiguidades, uma demarcação fundante: o cenário da vida brasileira, em sua história recente, gesta-se na confluência de dois processos estruturais básicos: por um lado, o processo de democratização, em curso a partir de meados da década de 1970, onde os movimentos sociais, em sua pluralidade e diversidade, assumem a aspiração da Democracia como sociabilidade real, construindo a “transformação”, dando-lhes novos significados; por outro lado, o processo de inserção do Brasil à nova ordem do capital, deflagrado nos anos 1990, configurando o que se convencionou chamar de ajuste estrutural, com a implementação de políticas neoliberais. E nesse processo de ajustes neoliberais, o mercado se converte na “verdade da economia” e em seu único critério de realidade, impondo a lógica da mercantilização, em meio à destituição da política¹³.

Democratização e ajuste fundam projetos políticos qualitativamente distintos que se misturam, contraditoriamente, nas tramas de nossa história, com horizontes sócio-políticos peculiares, encarnando diferentes concepções de mundo/ valores / padrões de organização da vida social. Em verdade, estes dois projetos se articulam, num confronto permanente de perspectivas e direcionamentos da política:

a) a perspectiva progressista de democratização, no sentido de alargamento da política, ampliando e redefinindo direitos, participação e a própria cidadania, viabilizando a articulação da cultura e da política na atuação dos sujeitos coletivos, resignificando o próprio campo político e conferindo à cultura uma dimensão política;

¹³ O espaço analítico de decifrar o “Brasil Contemporâneo” é um desafio de investigação que venho perseguindo há dez anos. Em minha tese de doutoramento, concluída em 1999, intitulada “O Brasil Real em questão: um resgate do olhar crítico de cientistas sociais”, trabalhei, como via privilegiada de estudo, o processo de inserção do Brasil à nova ordem do capital, configurando o que se convencionou chamar de “ajuste estrutural brasileiro”. Nos anos 2000— particularmente a partir de 2003 e aprofundando em 2004— venho trabalhando esse processo de ajuste estrutural articulado ao processo de democratização brasileira, deflagrado na segunda metade dos anos 70 e em curso. Estou convicta que é, justamente, nesta confluência contraditória destes dois processos — configurando dois projetos políticos qualitativamente distintos — que está a chave analítica para apreender, no plano do pensamento, o tecido sociopolítico do “Brasil Contemporâneo”. A rigor, venho delineando esta tese ao longo de minhas falas em diferentes eventos, conforme indicações na bibliografia.

Uma analista que vem me inspirando na construção deste caminho de análise é EVELINA DAGNINO, particularmente em seu texto “Sociedade civil participação e cidadania: de que estamos falando?”, apresentado como conferência no colóquio internacional “Políticas de Ciudadania y Sociedad Civil en Tiempos de Globalización” em Caracas, no período de 23 y 24/05/03. devidamente indicado na bibliografia.

b) a perspectiva conservadora neoliberal de despolitização, com a destituição e flexibilização de direitos, restringindo a cidadania a uma integração individual no mercado, trabalhando a cultura como uma mercadoria que se acessa pelo consumo. É a submissão da política à economia em função dos ditames da mercantilização.

O Brasil Contemporâneo é marcado por essa disputa de projetos em que a hegemonia neoliberal parece querer “sufocar” as conquistas democráticas, em meio a lutas e resistências, enraizadas na política cultural¹⁴ — que se gesta nos processos de democratização. Assim, nos últimos quinze anos, a vida brasileira constitui-se em uma tessitura sociopolítica contraditória, com a corrosão da democracia nas reformas ajustadoras neoliberais e o pulsar das formas de resistência e lutas no âmbito da democracia participativa. É uma contraditoriedade permanente onde, em meio às tensões, parece impor-se a democracia neoliberal.

De fato, conquistas da, democratização são freadas, corroídas e, algumas vezes, solapa das pelo reformismo neoliberal. Em verdade, a lógica do mercado impõe a sua agenda, buscando “domesticar” a democracia, torná-la funcional ao mercado, submetê-la, restringindo-a pela destituição do próprio exercício da política.

A rigor, a partir dos anos 1990, institui-se, na vida brasileira, um tempo histórico de hegemonia neoliberal, com a implementação da conhecida agenda do “Consenso de Washington”. O Estado constitui-se como Estado Ajustador, gerenciador da rentabilidade financeira: ajusta-se e ajusta a economia à nova ordem do capital. Em verdade, o Estado muda de cara, redesenha-se, reformata-se, mantendo a mesma alma no patrocínio dos interesses do capital. É um Estado de Baixa Responsabilidade Social, convertido em uma espécie de refém do mercado e do cálculo financeiro¹⁵.

No âmbito deste Estado Ajustador Brasileiro afirma-se o consenso democrático liberal, encarnando uma concepção minimalista de democracia, restrita ao campo representativo. Em verdade, a Democracia, submetida ao mercado, transforma-se numa “democracia de eleitores” em oposição a uma “democracia de cidadãos”.

¹⁴ Esta ideia da “política cultural” é trabalhada por Sonia ALVAREZ, Evelina DAGNINO e ARTURO ESCOBAR, no livro por eles organizado, com o título “Cultura Política nos Movimentos Sociais Latino-Americano”. Com essa expressão, os autores querem enfatizar a vinculação fundante entre cultura e política, referindo-se, precisamente, aos processos pelo quais o cultural se torna fato político e o político assume uma dimensão cultural. Especificamente, na Introdução, intitulada “O cultural e o Político nos Movimentos Sociais Latino - Americanos”, Álvares, Dagnino e Arturo assim argumentam a utilização dessa expressão: “(...) aqui, utilizamos política cultural para chamar a atenção para o laço constitutivo entre cultura e política e a redefinição de política que essa visão implica. Esse laço constitutivo significa que a cultura entendida como concepção do mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas. Por outro lado, a compreensão da configuração dessas relações de poder não é possível sem o reconhecimento de seu caráter “cultural” ativo, na medida em que expressam, produzem e comunicam significados” (2000, p. 17).

¹⁵ Em minha tese de doutoramento, analisei, detidamente, as configurações do Estado Brasileiro que se constituem nos percursos do ajuste estrutural, cunhando a expressão “Estado Ajustado?” para designar o Estado que ajusta-se e ajusta à nova ordem do capital. Sobre esta análise ver, especificamente, capítulo VI e VII. Em outras produções, ao longo dos anos 2000, fui avançando na discussão desse “Estado Ajustado?”, adentrando na lógica neoliberal que presidiu sua Reforma e trabalhando as políticas públicas no âmbito das redefinições estatais. Dentre essas produções, ver o artigo, de minha autoria, intitulado “Estado e Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo”, publicado na Revista de Políticas Públicas. Vol.6, nº 01. 2002.

Esta democracia de eleitores, sob a égide neoliberal, articula-se com os marcos culturais da tradição sociopolítica brasileira. É uma “amalgama conservadora” que Vera Telles circunscreve, em sua fecunda síntese da cultura política que rege a sociedade brasileira:

(...) é uma sociedade em que a descoberta da lei e dos direitos convive com uma incivilidade cotidiana feita de violência, preconceitos e discriminações; em que existe uma espantosa confusão entre direitos e privilégios; em que a defesa de interesses se faz em um terreno muito ambíguo que desfaz as fronteiras entre a conquista de direitos legítimos e o mais estreito corporativismo; em que a experiência democrática coexiste com a aceitação ou mesmo conivência com as práticas as mais autoritárias; em que a demanda por direitos se faz muitas vezes numa combinação aberta ou encoberta com práticas renovadas de clientelismo e favoritismo que repõem diferenças onde deveriam prevalecer critérios públicos igualitários”. (TELLES, 1999, p. 141).

Em verdade, nos tempos atuais, vivenciamos, no “Brasil da democracia de eleitores”, uma perversa articulação cultural: o clientelismo, o favoritismo, o corporativismo, os preconceitos e as discriminações, a manutenção de privilégios, as práticas autoritárias, misturam-se com o individualismo, o consumismo, o imediatismo e a dominância do dinheiro. É a simbiose de marcas tradicionais de nossa cultura política com os parâmetros do neoliberalismo.

A rigor, é um movimento de «domesticação da democracia brasileira” que se efetiva em meios a tensões, no confronto com a política cultural da democratização e suas conquistas. Analistas do Brasil Contemporâneo sustentam que uma especificidade brasileira é o fato de que o processo de ajustes neoliberais defronta-se com um projeto político democratizante amadurecido desde o período da resistência ao regime militar, fundado na ampliação da cidadania e na participação da sociedade civil. E, assim, o projeto neoliberal encontra no Brasil um contendor relativamente consolidado, construindo-se um campo de disputa¹⁶.

De fato, tem-se, em vigência, no cenário brasileiro, a disputa entre duas forças históricas: a força neoconservadora de “mercantilização da vida social”, seguindo os cânones do Neoliberalismo; a força emancipatória do patrimônio democrático brasileiro, urdido nas lutas e embates dos movimentos sociais, na cena pública, nos últimos vinte e cinco / trinta anos.

Adentrando esse patrimônio histórico, duas conquistas revelam-se decisivas:

a) a criação de um espaço público informal, descontínuo, plural no qual se elaborou e se difundiu uma “consciência do direito a ter direito”. Segundo Maria Célia Paoli e Vera Telles (2000), esse espaço público conforma os termos de uma experiência inédita na História Brasileira, em que a cidadania é buscada como luta e conquista e a reivindicação de direitos interpela a sociedade enquanto exigências de uma negociação possível, aberta ao reconhecimento dos interesses e das razões que dão plausibilidade às aspirações por um trabalho mais digno, por uma vida mais decente, por uma sociedade mais justa:

¹⁶ Dentre esses analistas do Brasil Contemporâneo, merece destaque Evelina DAGNINO, particularmente no texto relativo à Conferência apresentada no Colóquio Internacional, em Caracas, em 2003, já aqui referido.

b) a constituição de políticas culturais, postas em prática — com mais ou menos clareza e em maior ou menor extensão — pelos movimentos sociais, resignificando noções! padrões e valores e instituindo o conflito como via democrática por excelência. Essas políticas culturais democratizantes subvertem “hierarquias simbólicas”, instituídas na cultura política dominante, constituindo um lugar de cidadão para atores coletivos da cena política de democratização — moradores pobres/ famílias sem teto/ trabalhadores sem terra/ mulheres/ negros/ índios/ minorias discriminadas — que estavam fixados em lugares subalternizados entre uma trama densa de discriminações e exclusões (PAOLI e TELLES — 2000). De fato, essas políticas culturais viabilizam a constituição de identidades das chamadas minorias culturais e étnicas, delimitando políticas culturais da diferença, garantindo o alcance do poder da fala e da expressão pública para estas “minorias silenciadas e tomadas invisíveis” pela cultura política dominante.

Na cena pública brasileira, os movimentos sociais, em sua diversidade e pluralidade, criam e difundem teias de sentidos e significados, impondo questões negadas e reprimidas ao longo da História. Em verdade, constituem no cotidiano a gramática democrática quando intervêm em debates políticos, tentam dar novos significados às interpretações culturais dominantes ou desafiam práticas políticas estabelecidas. É inegável que as políticas culturais emancipatórias dos movimentos sociais se cruzam e se entrecruzam com uma cultura política autoritária, excludente, hierárquica, arraigada no imaginário social brasileiro, constituindo, assim, os termos de uma disputa simbólica de valores e padrões. A rigor, as políticas culturais democratizantes desestabilizam a cultura política dominante, efetivando um desalojamento desta cultura, fazendo-a enfrentar outras culturas e outras políticas (PAOLI e TELLES, 2000).

No contexto de processos de ajuste que impõe a lógica da mercantilização, pela via do individualismo exacerbado, da concorrência frenética, do consumismo ilimitado, as intervenções políticas dos movimentos sociais afirmam o potencial emancipatório da democracia pela via da democracia participativa, em um exercício aberto e plural de (re)criação da política.

Em verdade, esse potencial emancipatório da Democracia Participativa atualiza-se na diversidade dos sujeitos coletivos que ocupam a cena pública brasileira: mulheres/ negros/ índios/ jovens/ idosos/ imigrantes/ trabalhadores sem terra/ [mulheres sem teto/ homossexuais/ ecologistas / portadores de necessidades especiais/ moradores da periferia/ comunidades cristãs/ grupos religiosos / trabalhadores em busca de trabalho e renda / operários / trabalhadores de diferentes categorias, enfim, minorias culturais e étnicas, segmentos excluídos e discriminados, grupos de cidadãos mobilizados por diferentes causas, engajados em lutas específicas e peculiares. São “novos” e “velhos” atores, propondo políticas culturais que conjuguem direitos à igualdade com a liberdade da diferença. É a materialização de uma “política-vida”, na busca de afirmar a “liberdade de escolha de um estilo de vida”.

Essa diversidade revela um elemento chave nesse processo contemporâneo de (re)criação da política: a democratização da própria política, radicalizando a Democracia. De fato, nos processos da Democracia Participativa não se tem “à priori” — como outrora — os sujeitos de transformação. É a própria indeterminação da gramática democrática que se constitui nas lutas e embates, abrindo possibilidades de participação a múltiplos atores, de distintas

formas. É um processo em aberto que se vai se definindo em função das intervenções dos sujeitos nas tramas do jogo político.

Em verdade, os movimentos sociais são “vias abertas” no confronto com a lógica do capital, nos circuitos excludentes da mundialização e do ajuste. Inegavelmente, são “vias privilegiada” por onde pulsa a sociedade civil, circulando a “energia democratizante” em meio às corrosões e aos bloqueios da “mercantilização da vida brasileira”.

4 CONCLUSÃO

No cenário contemporâneo da América Latina, o Brasil afirma-se como um dos países em que as potencialidades da Democracia Participativa mais claramente se manifestam, numa multiplicidade de experiência. É a potencialidade que temos de democratização da política, radicalizando a Democracia. Nessa perspectiva, é preciso atentar para dois princípios norteadores:

a) a radicalização da Democracia implica a democratização de todas as dimensões da vida social; é a encarnação da democracia como forma de organização da vida social, expressando uma sociabilidade real.

b) a radicalização da democracia é um processo aberto: as diferentes experiências são sempre formas parciais, e, sobretudo “uma via de aprendizado”

Boaventura de Sousa Santos, no seu livro “Democratizar a Democracia- onde percorre caminhos da democracia participativa — aponta uma fecunda via do “fazer político” no sentido da radicalização democrática: o delineamento de formas de complementariedade entre a democracia participativa e a democracia representativa que contribuam para o aprofundamento de ambas. E sustenta então: “nesta complementariedade reside um caminho da reinvenção da emancipação social” (2003, p. 32).

Indiscutivelmente, o desafio é (re) inventar a política por múltiplos caminhos, tendo clareza de um princípio básico: não existe uma “formula mágica” de construir a democracia. Boaventura de Sousa Santos, no Fórum Social de 2005, avança numa direção propositiva, defendendo a “demodiversidade”: uma luta por democracias diferenciadas em cada localidade, respeitando as diferenças, mas tendo como base a igualdade.

Em tempos contemporâneos, vivemos um momento de crises e tensões, de destituição de direitos e de emergência de novos sujeitos coletivos. “Fazer política hoje” — é a premência do nosso tempo!

ABSTRACT

Democracy is analysed in this article in a double perspective: the theoretical and historical ones. Considering this, the canonical thinking about Democracy places it as a part of History. It also emphasis the courses of the Democracy in contemporary Brazil, taking into account two political projects: the democratization of the society and the Brazilian structural adjustment. The article also redeems the contradictions of the Brazilian social and political structure in confrontation with two historical tendencies: the domesticity of the Democracy into mercantilism of the social life and the affirmation of the Participative Democracy through political intervention on the social movements, building cultural policies. The article holds as a main thesis the historical requeriment of rooting the Democracy by recreating politics and up dating the emancipatory potencial of the democratic sociability.

Keywords: Democracy. Social and Cultural Gramar. Rooting Democracy. Contemporary Brazil. Brazilian Satructural Adjustment. Cultural Policy. Reinvention of Politics.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Soma E.; DAGNINO E.; ESCOBAR A. Introdução: o cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In Sonia E. Alvarez; Evelina Dagnino, Arturo Escobar (Orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte**: Ed. UFMG, 2000.

BORON, Atilio A. **A coruja de minerva**: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo. Tradução de Ana Cana Ferreira - Petrópolis: Vozes, 2001

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **O “Brasil Real” em questão**: um resgate do olhar crítico de cientistas sociais. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação de Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

_____. Transformações no Estado: políticas de ajuste e governos de esquerda na América Latina. **Seminário Projetos Nacionais e Conflitos na América Latina** - RUPAL; Fortaleza, ago. 2004.

_____. Modelo Político no Brasil Contemporâneo: democracias em tempos neoliberais. **Seminário Semana Social**. Fortaleza: ago.2004, mimeo.

_____. Brasil de nossos dias decifrando o cenário de nossas lutas contemporâneas. **Assembléia da CRB**. Fortaleza: set. 2004. mimeo.

_____. História não tem fim... mas tem começo. **Semana Social do C.A. de Serviço Social**. Set. 2004. mimeo.

_____. Radicalizar a democracia. **Seminário do Comitê Cearense “Um outro Nordeste é possível”**. Fortaleza: out. 2004. mimeo.

_____. Cultura / Identidade / Globalização: entre a mercantilização e transformação social. **Fórum Social Nordestino**. Recife, nov. 2004. mimeo.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania**: de que estamos falando? Caracas: 2003, mimeo.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, RJ; Vozes; Brasília: NEDIC, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **Em busca de uma nova democracia, entrevista concedida a Antonio Martins e Daniel Merli**. Planeta, Porto Alegre. 2003.

_____. Hay vías abiertas para América Latina? In: BORON, Atilho A. **Nueva hegemonia mundial**: alternativas de cambio y movimientos sociales/ Noam Chomsky. .. [et al.] Buenos Ayres: Clacso, 2004

PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais: conflitos e negociações no Brasil Contemporâneo. In: Sônia E. Alvarez; Evelina Dagneno; Arturo Escobar (Orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras — Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PROGRAMA de Las Naciones Unidas para el desarrollo — PNUD — Relatório La Democracia en América Latina: hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos — Buenos Aires, abril de 2004.

ROSANVALLON, Pierre - texto elaborado para PRODDALL, 2002. In: **Relatório “La democracia en América Latina**: hacia una hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos — Buenos Aires, abril de 2004. Primeira Seccion.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: PAOLI, Maria Célia; OLIVEIRA, Francisco de (Orgs). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, Vozes; NEDIC, 1999.

_____. & AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Orgs). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003.

_____. Boaventura de Sousa. Prefácio do volume 1 — **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa/ Boaventura de Sousa Santos, (Orgs). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais**: afinal, do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.